

RESUMO - GT5: SOB AS SOMBRAS DO LEVIATÃ: ASCENSÃO DA  
EXTREMA-DIREITA E A CRISE DA DEMOCRACIA

**FEMINISMO NEGRO E INTERSECCIONALIDADE: ENFRENTANDO A  
EROSÃO DEMOCRÁTICA COM SABERES SUBALTERNOS**

*Wendell Tiago Da Silva Mendes (wendellt.mendes@gmail.com)*

A crise democrática brasileira, intensificada após o golpe parlamentar de 2016, revela a persistência de estruturas de poder fundadas no racismo, no patriarcado e na desigualdade social. A deslegitimação das políticas de igualdade racial e de gênero, a criminalização dos movimentos sociais e o avanço de discursos conservadores indicam que o país enfrenta não apenas uma crise institucional, mas também uma erosão ética e simbólica. Nesse cenário, o feminismo negro e a interseccionalidade configuram-se como instrumentos teóricos e políticos fundamentais para compreender e enfrentar as formas contemporâneas de autoritarismo.

O feminismo negro, conforme elaboram autoras como Lélia Gonzalez (1988) e Sueli Carneiro (1997; 2019), denuncia o mito da democracia racial e expõe o caráter estrutural do racismo na sociedade brasileira. Ao propor a valorização da amefricanidade e ao denunciar o epistemicídio que atinge os saberes negros e indígenas, essas autoras evidenciam que a exclusão cognitiva é uma das dimensões centrais da dominação. O feminismo negro, portanto, não é apenas uma luta identitária, mas uma epistemologia de resistência que busca

redefinir o conceito de democracia a partir da experiência histórica das mulheres negras.

De modo complementar, a interseccionalidade, desenvolvida por Kimberlé Crenshaw (1991) e aprofundada no Brasil por Carla Akotirene (2018), oferece um método de análise que articula raça, gênero e classe como categorias mutuamente constitutivas. Essa abordagem permite compreender que as políticas públicas universais, ao ignorarem as desigualdades estruturais, acabam reproduzindo exclusões. Incorporar a interseccionalidade como princípio político e ético, portanto, é condição necessária para construir políticas efetivamente inclusivas e democráticas.

A ascensão da extrema-direita no Brasil e em outras partes do mundo evidencia uma reação violenta às conquistas dos movimentos feministas e antirracistas. Essa ofensiva se manifesta na propagação de discursos de ódio, na negação do racismo e na tentativa de censurar o pensamento crítico nas universidades e nas escolas. Conforme argumenta Segato (2016), vivemos sob uma “pedagogia da crueldade”, na qual o sofrimento das populações negras, indígenas e periféricas é naturalizado e transformado em espetáculo. Diante disso, o feminismo negro propõe uma ética do cuidado e do amor político, como enfatiza bell hooks (2000), contrapondo-se à lógica da violência e do medo.

Assim, os saberes subalternos, entendidos aqui na perspectiva de Spivak (2010), assumem papel estratégico na reconstrução democrática. Reconhecer a legitimidade desses saberes significa descolonizar o pensamento e redistribuir o poder simbólico que sustenta o privilégio racial. A democracia que emerge do feminismo negro é uma democracia radical, plural e afetiva, comprometida com a vida em sua diversidade e com a transformação das relações de poder.

Conclui-se que o feminismo negro e a interseccionalidade oferecem fundamentos teóricos e práticos para resistir à erosão democrática e reconstruir o espaço público brasileiro sob novas bases éticas, cognitivas e políticas. Sua

proposta não se limita à denúncia da opressão, mas anuncia uma nova possibilidade de civilização, fundada na justiça cognitiva, na solidariedade e na centralidade do cuidado.

Palavras-chave: feminismo negro; interseccionalidade; democracia; saberes subalternos; autoritarismo.